

POLÍTICA EXTERNA DE JUSCELINO KUBITSCHKEK: A NARRATIVA DO ITAMARATY PARA A OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

FOREIGN POLICY OF JUSCELINO KUBITSCHKEK: THE NARRATIVE OF THE ITAMARATY FOR THE PAN-AMERICAN OPERATION

Gustavo Badilho Oliveira¹, Katiane Lopes Monteiro²

Centro Universitário SENAC – Santo Amaro – SP

E-mail – gustavo.badilho.o@hotmail.com

katianelmonteiro@hotmail.com

Resumo: O Objetivo central deste artigo é apresentar a proposta da Operação Pan-americana na narrativa do Itamaraty articulada à política externa do governo Juscelino Kubitschek, visando entender quais eram seus objetivos e o porquê da sua formulação. A década de 50 na história do Brasil foi um período de grandes turbulências e mudanças, tanto no cenário nacional quanto no internacional. Analisaremos o governo Juscelino Kubitschek e os antecedentes da Operação Pan-Americana, bem como a documentação existente do Ministério das Relações Exteriores, apresentando a narrativa do Itamaraty para justificar a formulação da Operação Pan-americana dentro do governo JK, introduzida como política autônoma que tentava projetar e defender os interesses do Brasil.

Palavras-chave: Juscelino Kubitschek, política externa, Operação Pan-Americana, Itamaraty.

Abstract: The main objective of this paper is to present the proposal of Operation Pan American in the narrative of the Itamaraty articulated the foreign policy of the government of Juscelino Kubitschek, aiming to understand what were your goals and why its formulation. The 50s in the history of Brazil was a period of great turbulence and changes, both on the national scene and in the international. We will analyze the government of Juscelino Kubitschek and the history of the Pan American Operation, and we will analyze existing documentation from the Ministry of Foreign Relations, presenting the narrative of the Itamaraty to justify the formulation of Pan American within the government JK, presented as a standalone policy who tried to design and defend the interests of Brazil.

Key-words: Juscelino Kubitschek, foreign policy, Pan-American Operation, Itamaraty.

INTRODUÇÃO

Desde 1930, o presidente juntamente com o corpo diplomático do Itamaraty vem buscando a resposta para o mote das formulações das políticas econômicas e de

¹ Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário SENAC – Santo Amaro, SP. Contato: gustavo.badilho.o@hotmail.com.

² Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário SENAC – Santo Amaro, SP. Contato: katianelmonteiro@hotmail.com

cooperação internacional, que seria: como desenvolver o Brasil? Pergunta essa que ecoa pela maior parte do século XIX na história brasileira. Tal questão também se apresentou ao presidente Juscelino Kubitschek em um período de grandes turbulências no sistema internacional, misturado com o sonho de um novo Brasil, mais competitivo, participante da economia global, autônomo e finalmente, desenvolvido, o que significaria dizer, industrializado.

A proposta deste artigo é analisar a Operação Pan-Americana (OPA) na narrativa do Itamaraty articulada à política externa do governo de Juscelino Kubitschek. Para tanto, o presente trabalho se apresenta em dois blocos. Primeiramente analisaremos o governo do Presidente JK em sua política externa, abordando seu contexto histórico e os antecedentes da Operação Pan-Americana; em segundo, será feita uma análise documental utilizando de relatórios anuais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 1956 a 1960, a fim de se entender a narrativa do Itamaraty na formulação da Operação Pan-Americana.

Analisaremos documentos e notas diplomáticas da chancelaria brasileira, disponíveis no *Center of Research Libraries Global Resources*, onde, na pasta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, se encontram os relatórios diplomáticos ano a ano, em que, para o período escolhido, utilizaremos os documentos de 1956 a 1960, realizando um recorte que segue no sentido de contemplar todo e qualquer assunto pertinente a desenvolvimento, cooperação econômica e a Operação Pan-Americana.

Devemos ter em mente que chamamos de narrativa do Itamaraty, porque estamos trabalhando com documentos redigidos pelos chefes da chancelaria do Brasil, escritos para a apreciação do Presidente da República, relatando todas as atividades do corpo diplomático ano a ano. Dessa forma, temos como limitação em nossa análise, nos atermos ao que os 3 chanceleres, do período escolhido, nos apresentam em seus relatórios, uma vez que se tratam de homens públicos resguardando o prestígio de seus cargos em um momento de forte transição do Brasil, bem como do sistema internacional dentro das querelas impostas pela Guerra Fria. Utilizamos também de outras fontes bibliográficas, para contrastar com o levantamento documental feito, com o intuito de termos referências históricas e analíticas sobre o período, visando explorar ao máximo os recursos que temos para apresentar uma análise que abrange a política externa de Juscelino Kubitschek

manifestada pelo Itamaraty na formulação da política internacional do Brasil, em particular a Operação Pan-Americana, como sua máxima.

1. Contexto histórico e Política Externa de JK

As querelas da Guerra Fria afetaram as formulações da política externa no continente americano. Em 1956, Dwight Eisenhower³, iniciou seu segundo mandato nos Estados Unidos e uma das vertentes de sua política externa era voltada para a América Latina. A atenção de Washington se voltou em parte para o Cone Sul, pois Krushev⁴, implementou mudanças na política externa soviética que incluía a ampliação das relações com a América Latina e também estabelecimento de uma política de ajuda econômica aos países subdesenvolvidos, utilizando-se de acordos bilaterais de assistência técnica. Isso deixou a Casa Branca com receio de uma possível penetração da economia soviética no continente, e se ampliou com o lançamento do satélite soviético “Sputnik I” em 1957 (SILVA, 1992, p. 12-14).

Outro fator que influenciou a política externa americana para à América latina foi o processo de redemocratização em alguns países (Argentina, Peru, Venezuela e Colômbia) que com a queda dos regimes autoritários e realizações de eleições presidenciais, fomentou o sentimento antiamericanista junto com a opinião pública dos governos latino americanos sobre a imagem de Eisenhower e dos EUA de forma geral, por prestar apoio político aos governos ditatoriais para mantê-los no poder. Nesse cenário ainda havia a desfavorável conjuntura econômica após a Guerra da Coréia, as exportações Latino Americanas apresentaram vertiginosa queda dadas as oscilações nos preços de produtos primários e consequentemente a deterioração dos termos de troca (SILVA, 1992, p. 12-14).

No governo Eisenhower existiam divergências, no que diziam respeito à ortodoxia da política econômica dos EUA para a América Latina, que contemplava o campo de investimentos privados e os recursos domésticos. As divergências acerca desse modelo

³ 34º Presidente dos Estados Unidos de 1953 até 1961.

⁴ Ex- Primeiro Ministro da União Soviética, Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1953 e 1964 e líder político do mundo comunista até ser afastado do poder.

eram fundamentadas nas figuras de Milton Eisenhower⁵ e C. Douglas Dillon⁶, ambos defendiam mudanças nas políticas econômicas, de modo a estabelecer um maior compromisso com o desenvolvimento econômico e social latino americano, visando conter a propagação de ideias políticas radicais (SILVA, 1992, p. 12-14).

Os primeiros passos da política externa brasileira foram em reafirmar a solidariedade política aos EUA e à “causa ocidental”, no combate ao comunismo, ficando claras as concordâncias brasileiras, ao dispor para os americanos, a ilha de Fernando de Noronha, para a instalação de um posto de observação de foguetes teleguiados. No campo econômico, foi lançada uma política mais ativa para garantir a reativação do fluxo de investimentos externos públicos e privados estagnados pelos conflitos e instabilidades do final do governo de Getúlio Vargas, recolocando assim o auxílio econômico e financeiro novamente nas relações bilaterais entre Brasil e EUA (SILVA 1992). O governo de Juscelino, assim como seus antecessores (Vargas e Dutra com o alinhamento automático com os americanos), também manteve uma linha de tentativas de aproximação e alinhamento com aqueles que poderiam ser os credores do avanço e modernidade do Brasil, tentando fazer com que, pelas vias da diplomacia e alinhamento, resultasse em um “Plano Marshall” inédito para a América Latina.

O Plano de Metas de JK contemplava a ideia de aceleração e complementação do processo de industrialização substitutiva de importações. Ajustando as necessidades de demandas econômicas internas e externas, a agenda diplomática da política econômica estabeleceu dois eixos principais: Negociação de acordos regionais e internacionais que pudessem auxiliar na estabilização das cotações do café; e nas solicitações de ampliação e maior flexibilidade dos empréstimos fornecidos pelos agentes internacionais de crédito público, em particular o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), fundado em 1944. Na Conferência Econômica de Buenos Aires, o Brasil assumiu o papel de conciliador entre Estados Unidos e América Latina tomando as principais reivindicações latino-americanas entre elas a deterioração dos termos de troca e defendeu

⁵ Irmão do Presidente, que não possuía nenhum cargo público, mas era o principal conselheiro de seu irmão em se tratando de assuntos referentes à América Latina.

⁶ Nomeado subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos em 1957.

que o BIRD deveria deixar de lado a ênfase na reconstrução apenas da Europa e Ásia e dar mais atenção, suporte e recursos ao desenvolvimento econômico (SILVA,1992).

A atividade política de atração de capital estrangeiro tinha como fim, compensar a contínua queda nas exportações de 1951 a 1958, e a sua estagnação de 1958 a 1960. JK focou seus esforços na busca de investimento estrangeiros nos EUA e na Europa. Em visita a Washington, pouco tempo depois de sua posse, Juscelino solicita apoio econômico a Eisenhower, o mesmo aconselhou Kubitschek a entregar parte da exploração de petróleo do Brasil nas mãos de pequenas empresas norte-americanas. Na Europa, o presidente JK visitou a Holanda, Grã-Bretanha, Luxemburgo, Bélgica, França e Alemanha Ocidental obtendo mais sucesso. Os financiamentos estrangeiros registrados em 1955 foram de 80 milhões de dólares; em 1956 ascenderam a 153 milhões de dólares; e, em 1957, atingiram 523 milhões de dólares (WRZOS, 1960, p. 11-2 *apud* VIZENTINI, 1996, p.232).

O impulso que JK havia dado ao Brasil mostrou sinais de desaceleração em 1958, com a queda de taxas de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) que resultou em inflação, aumento do custo de vida, greves, endividamento externo e recessão. O otimismo no lema “50 anos em 5” foi ameaçado com a desaceleração da economia e pelo congelamento do Plano de Metas. A dívida externa crescia enquanto as receitas caíam. O produto mais afetado foi o café dada a deterioração dos termos de troca entre produtos primários e industrializados (VIZENTINI, 1996).

Diante da conjuntura política e econômica, JK recorreu ao Fundo Monetário de Investimento (FMI), mas o receituário liberal do FMI estremecia as bases de apoio do governo e representava o dilema entre, estabilidade ou desenvolvimento. A inflação que vinha crescendo era resultado dos gastos públicos destinados ao aceleração do Plano de Metas, da construção de Brasília, da política de concessão de empréstimos ao setor privado via Banco do Brasil e aos aumentos reais de salários. Reduzir os empréstimos, congelar os salários e até mesmo diminuí-los e estagnar o processo paulatino de desenvolvimento, faria a aliança PSD/PDT, aliança essa que foi responsável pela vitória de JK nas urnas, se romper e desestabilizar ainda mais o país (BENEVIDES, 1991).

A resposta de Juscelino para o plano doméstico seria de optar por uma reforma ministerial dadas as pressões do sindicato dos trabalhadores e críticas do partido UDN

(União Democrática Nacional) . No plano externo, a situação era ainda mais delicada, a relação econômica com os EUA e com os bancos estrangeiros não representava o único problema da gestão Kubitscheck. No ano de 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, criou-se o cenário para a criação do Mercado Comum Europeu, que mais tarde veio a estabelecer tarifas preferenciais dentro do bloco, aplicando condições especiais para as colônias europeias, dessa forma, os produtos primários exportados pelo Brasil e os demais países latino-americanos ao continente europeu, não conseguiram competir com as vantagens impostas pelo novo mercado.

Juscelino, adotando novas medidas de reforma para a política externa, teve como ponto alto, o desencadeamento da Operação Pan-Americana, lançada mais tarde em 1958, que passa a ocupar um lugar dominante nos discursos do Itamaraty e do próprio presidente JK dando um novo tom para a busca do desenvolvimento, ajuda econômica dos EUA, aproximação e cooperação com a América Latina. Apesar da OPA se concentrar nas mãos do presidente, muitos atribuíam a gênese da iniciativa a Augusto Frederico Schmidt, acessor político de JK desde sua campanha eleitoral e que dispunha de muito prestígio do lado do presidente. JK vinha adotando uma posição de contatar diretamente os embaixadores brasileiros no exterior, contornando o Ministério das Relações Exteriores (MRE), sendo que em um desses episódios, o presidente contatou Mário Gibson Barbosa, embaixador brasileiro em Buenos Aires, que recebeu diretrizes para obter apoio do presidente argentino, Artur Frondizi, acerca do apoio ao discurso tomado pelo governo brasileiro sobre a OPA (SILVA, 1992).

No Itamaraty, o questionamento era: o que se esperar da OPA como resultados concretos? O que se apontava pelo MRE, bem como pelo embaixador do Brasil em Washington, Ernâni do Amaral Peixoto, era que de um lado se poderia criar obstáculos na relação bilateral Brasil e EUA, e do outro, se poderia acabar contribuindo para aumentar as desconfianças dos vizinhos latino-americanos sobre uma possível pretensão de hegemonia do Brasil na América Latina. Ressaltando que Macedo Soares, que estava a frente do MRE e Ernâni Peixoto, não eram diplomatas de carreira, e sim políticos de prestígio partidário, que configuravam o PSD, juntamente com o PTB, oferecendo base política ao governo JK. Dessa forma, as críticas sobre a formulação da OPA partiam do Itamaraty e dos grupos políticos e sociais mais amplos do país (SILVA, 1992).

A reconfiguração da PEB, por Juscelino, se estendeu ao Ministério das Relações Exteriores, no momento em que John Foster Dulles, secretário de Estado Americano, viria ao Brasil. Nesse momento se iniciaram conversas sobre como deveriam ser encaminhadas as conversações com o secretário. O Chanceler Macedo Soares optava por tratar dos assuntos bilaterais entre os países, porém, o presidente optava por enfatizar a OPA, questões econômicas e multilaterais. Em Julho de 1958, o chanceler Macedo Soares (PSD/SP) pediu exoneração alegando motivos de saúde, sendo substituído por Francisco Negrão de Lima (PSD/MG). A Lima caberia retomar e impulsionar a política de barganha com os EUA e ampliação da atuação da diplomacia brasileira. Primeiramente, à América Latina, depois à região afro-asiática, os países socialistas e alguns centros capitalistas, passaram a ganhar maior atenção da projeção da política externa brasileira (VIZENTINI, 1996).

2. A narrativa do Itamaraty para a Operação Pan-Americana

Aqui nossa análise será voltada para os relatórios que abordam a Operação Pan-Americana, além de um recorte que contempla outros assuntos que sejam pertinentes às linhas gerais da política externa proposta no período de 1956-1960, para questões do combate ao **subdesenvolvimento** de um lado, e do outro o **desenvolvimento** do Brasil. Trabalhamos com documentos elaborados em forma de relatórios anuais escritos pelos chanceleres que passaram pelo Itamaraty e que redigiram anualmente relatórios sobre as atividades do Ministério da Relações Exteriores durante o ano para apreciação do chefe do executivo do Brasil, por isso chamamos essa sessão de narrativas. Nossa limitação é nos atermos ao que foi contado pelos chanceleres desse período: Chanceler José Carlos Macedo Soares (31 de janeiro de 1956 á 04 de julho de 1958); Francisco Negrão Lima (04 de julho de 1958 á 30 de agosto de 1959); Horácio Lafer (30 de agosto de 1959 á 31 de janeiro de 1961).

Ano de 1956 – Chanceler José Carlos Macedo Soares

Em 31 de janeiro de 1956, ás 15:00 horas o excelentíssimo Presidente Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira e seu Vice-Presidente da República, João Goulart, tomam pose no palácio Tiradentes. Já no primeiro ano de governo de JK, começa a aparecer nas narrativas

do Itamaraty a linha de busca de desenvolvimento norteadora do país, porém os conhecimentos técnicos para desenvolver o projeto só seriam possíveis com o investimento estrangeiro.

De 27 de fevereiro a 18 de abril de 1956, o Brasil participou de reuniões em Washington, com mais 11 países, com o intuito de estabelecer um projeto de estatuto para a Agência Internacional de Energia Atômica. Ocasão em que a delegação brasileira defendeu que o futuro órgão internacional deveria levar em consideração, com maior ênfase, as regiões mais **subdesenvolvidas** do mundo (Relatório do MRE, 1956, p 196-197).

Nos meses de abril e julho, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, realizou as suas XXI e XXII Sessões, ocasião essas que assinalaram o retorno do Brasil a sua antiga posição no Conselho e ofereceram a oportunidade para reafirmar a linha política econômica brasileira nos organismos internacionais. O Brasil tentou chamar atenção da ECOSOC e da ONU sobre a deterioração dos termos de troca que prejudicavam as áreas mais subdesenvolvidas. Seguindo de uma influência Cepalina, o Brasil tentava ressaltar a relação assimétrica na lógica do livre comércio.

Ano de 1957

Em 28 de julho de 1957, o Senhor Presidente da República peruana, Doutor Manuel Prado, em sua mensagem ao Congresso do Peru, enunciou a tese conhecida sob o título de Doutrina Prado, pela qual formula o princípio da união de todos os países de origem latina no âmbito das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, com o objetivo de fortalecer a posição da latinidade em todo o mundo contra a ameaça da infiltração comunista e os males dela decorrentes. Para usar das palavras proferidas pelo Primeiro Mandatário do Peru, por ocasião do banquete que ofereceu ao Chanceler do Brasil, durante sua visita a Lima: “trata-se de uma cruzada dos povos latinos contra a ameaçadora atitude comunista”. Em sua essência, a Doutrina Prado consiste em promover a união dos países latino-americanos e entre as relações latinas com a Europa, principalmente no campo das organizações internacionais (Relatório do MRE, 1957, p. 52).

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, respondendo, em Lima, ao discurso de saudação do Chefe do Executivo daquela República, declarou oficialmente que seu país não só apoiava de maneira integral a Doutrina Prado, como sugeriu também que a capital peruana fosse escolhida para a sede da União Latina, apresentando assim irrestrita solidariedade às nobres gestões iniciadas pelo Governo do Peru as quais têm o grande mérito de constituírem um grito de alarme aos povos latinos de todo o hemisfério para serem uma barreira contra o expansionismo do Kremlin e a propagação da doutrina marxista, que são os grandes responsáveis pelo estado caótico em que se encontrava o mundo (Relatório do MRE, 1957, p. 53).

Nas Nações Unidas, o Ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, procurou um melhor atendimento dos seus interesses no campo econômico internacional. No Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a Delegação brasileira obteve a aprovação de uma Resolução, da qual foi coautora, visando ao estudo das flutuações do mercado de produtos de base e suas repercussões sobre o desenvolvimento dos países eminentemente produtores e exportadores de matérias primas. Por outro lado, foi aprovada, igualmente, proposta do Brasil para a criação de um grupo permanente de técnicos para o estudo desse assunto e das influências exercidas pela diferença de elasticidade do preço e renda dos produtos primários em face dos produtos industrializados. Foram, portanto, abordados os dois problemas básicos para o Brasil, isto é, o do comércio entre países eminentemente exportadores de produtos primários e países exportadores de produtos industrializados, e o do fluxo internacional de capitais. Essa mesma orientação foi seguida pelo Brasil durante a XII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Ocorreu de 15 de agosto a 4 de setembro de 1957, em Buenos Aires, a Conferência Econômica Internacional da Organização dos Estados Americanos. Os objetivos desta reunião tem sua origem presente na Resolução VIII da Conferência Internacional Americana de Bogotá (1948), são os delineados nos artigos 26 e 63 da carta da Organização dos Estados Americanos e foram particularizados pela Resolução nº 1 do Conselho Interamericano Econômico e Social, de 14 de fevereiro de 1957.

A Conferência de Buenos Aires seguiu as seguintes temáticas:

- I – Convênio Econômico Geral;
- II – Desenvolvimento Econômico;
- III- Comércio Exterior;
- IV – Cooperação Técnica;
- V- Transporte.

A abertura dos trabalhos da Conferência deixou evidente a irredutibilidade de determinados pontos de vista expressos por algumas Delegações, o que tornou extremamente difícil a celebração de um Convênio Econômico Geral. Divergentes eram as opiniões em se tratando de alguns temas básicos, como por exemplo, **financiamento do desenvolvimento**, inversões de capitais privados, produtos básicos e colocação de excedentes desses produtos (Relatório do MRE, 1957, p. 194).

A Declaração de Buenos Aires, pensada e aplicada pela Delegação brasileira, estipulou ser proposto aos governos americanos promover o aumento do volume do intercâmbio comercial de modo geral, em particular, do continente americano, a redução das restrições ao comércio, cooperação internacional em matéria de produtos básicos e colocação de seus excedentes a adoção de medidas para facilitar a aquisição ou intercâmbio de capitais, máquinas, matérias primas, técnicas e outros elementos requeridos por suas necessidades econômicas e sociais, a intensificação de seus esforços para ampliar o fluxo de investimentos de capital nos países do Continente, a obtenção de condições financeiras sadias, o desenvolvimento e melhor utilização dos meios de transportes e de comunicações, facilidades para livre trânsito de mercadorias dos países mediterrâneos, o apoio efetivo aos programas de cooperação técnica, científica e finalmente, o fortalecimento do Conselho Interamericano e Social, como órgão coordenador das atividades interamericanas de caráter econômico e social (Relatório MRE, 1957, p. 195).

Na 2ª Comissão (Desenvolvimento Econômico) se ressalta a importância das discussões sobre as questões de financiamento público do desenvolvimento econômico e de tributação dos capitais privados. A Delegação brasileira, no primeiro caso, se mostrou a favor da formulação de uma política creditícia das entidades financeiras de caráter

internacional existentes, de acordo com a posição assumida na 24ª Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Sendo assim, o Brasil ressaltou em seu voto, a importância de se dar novo “equacionamento” aos objetivos da cooperação econômica internacional, acentuando, concomitantemente, a inadequação dos recursos existentes para promoção do desenvolvimento econômico. A Comissão adotou a resolução nº XL, recomendando principalmente ao Conselho Interamericano Econômico e Social entrar em contato com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a participar dos estudos para a criação do mercado regional latino-americano. A atuação da delegação brasileira quer no plenário, quer nas Comissões, marcou-se por incansável defesa dos ideais pan-americanos, esforçando-se por manter a harmonia continental indispensável para completo desenvolvimento do Continente, o que se harmonizou com as propostas que a política externa do governo Juscelino pregava (SILVA, 1992).

Em 17 de setembro de 1957, o Brasil participou da XII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York que encerrou seus trabalhos em 14 de novembro. Segundo a delegação brasileira, as resoluções aprovadas pela Assembleia não consagraram nenhuma iniciativa notável em favor da paz ou da solução dos problemas internacionais existentes (Relatório do MRE, 1957, p. 21). Na ocasião, o Brasil coerente com as linhas norteadoras de sua política internacional, optou por algumas diretrizes, como mostra o Relatório do MRE de 1957: “a) defender a urgente necessidade de intensificar o programa de desenvolvimento econômico dos **povos subdesenvolvidos** e não apenas da América Latina, através da assistência técnica e financeira internacionais, mediante projetos de resoluções, assegurando, destarte, para as propostas brasileiras, o consenso de substancial maioria, capaz de lhes garantir êxito nas votações em plenário; b) consolidar no continente a posição do Brasil, buscando preservar e aumentar dentro do bloco latino-americano, nosso prestígio, sem descuidar dos nossos laços e compromissos culturais e históricos que nos prendem as nações latinas do Velho Mundo; c) **manter o apoio tradicionalmente dado aos Estados Unidos da América e as potências ocidentais nas questões capitais que envolvam a adoção de medidas de defesa da coligação ocidental contra o expansionismo soviético**; d) buscar, no tocante das questões coloniais, mediação e conciliação entre os pontos de vista dos blocos em que se reparte a Assembleia, tendo em vista a conveniência de uma reaproximação com os países árabes e asiáticos e de um maior

reconhecimento das realidades econômicas dos territórios não autônomos” (Relatório do MRE, 1957, p. 26).

Na segunda Comissão, o Brasil ressaltou a crescente desigualdade econômica entre os países industrializados e os subdesenvolvidos e analisou as causas desse desnível, para em seguida propor corretivos a disparidades existentes. O exame da conjuntura econômica feito pelo Senhor Augusto Frederico Schmit, um dos representantes da Delegação brasileira, produziu efeito considerável no âmbito da Comissão Econômica para a África. Ao defender o projeto de resolução supra, o representante do Brasil argumentou ser indispensável estabelecer-se para a América Latina, Europa e Ásia, um organismo através do qual se possa orientar o desenvolvimento econômico, reduzindo o impacto nocivo que tal desenvolvimento, estimulado pela criação do Mercado Europeu, possa vir a ter na economia latino-americana em geral, e do Brasil em particular. A criação da nova Comissão poderá trazer resultados positivos na respectiva área, contribuindo eficazmente para o desenvolvimento dos países e territórios africanos, bem como representará uma excelente medida de proteção contra os eventuais perigos resultantes dos chamados “territórios ultramarinos”. O projeto brasileiro foi compactuado por 29 outros Estados-Membros, na II Comissão e alcançou todo o êxito no plenário (Relatório do MRE, 1957, p. 26).

Ano de 1958 – Chanceler Francisco Negrão de Lima

Em 1958, o vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, em missão especial para comparecer à posse do Presidente Frondizi, na Argentina, aproveitou a oportunidade para visitar vários países da América Latina, passando por Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Esta visita estava ligada a preocupação de Washington e seu departamento de Estado com a crescente propaganda e penetração econômica soviética, e para contrabalancear isso, programaram uma série de visitas à região, que seria não só visitada por Nixon, mas pelo próprio presidente Eisenhower. Nixon realizava sua visita em meio a uma crescente hostilidade da opinião pública da América Latina, momento em que houve violentos protestos realizados no Peru e na Venezuela, reflexos de

problemas econômicos e desgastes políticos dado o apoio norte-americano a ditaduras na região (SILVA, 1992).

Após o ocorrido, o presidente JK dirigiu uma carta para o Presidente Dwight Eisenhower, chamando a atenção do governo norte-americano para uma revisão urgente das relações internacionais dado o sentimento de ante-norte-americaníssimo por grande parte dos países Latino Americanos. Essa carta, levada à Washington pelo Secretário da Presidência da República, Doutor Vitor Nunes Leal, teve pronta resposta do Presidente norte-americano, trazido ao Rio de Janeiro pelo Senhor Roy R. Rubottom, Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Interamericanos (Relatórios do MRE, 1958, p. 05).

Nesse contexto o presidente JK lançou a proposta da **Operação Pan-americana**, em maio de 1958. Para Juscelino, lançar a OPA era oportuno, utilizando dos ocorridos com Nixon, para chamar a atenção dos EUA ao socorro da América Latina, devendo vir em forma de supressão do subdesenvolvimento. O governo brasileiro defendia o argumento de que o subdesenvolvimento e a miséria das massas que a América Latina vivia acabaria por favorecer a influência de ideologia que iriam contra a proposta capitalista dos EUA, diante da lógica da Guerra Fria e da clivagem que mundo vivia (CERVO e BUENO, 2012).

Aproveitando o momento favorável, iniciou-se imediatamente uma vasta e ativa corrente de pronunciamentos, entre os quais merece realce o do Presidente Arturo Frondizi, da Argentina, através de sua carta de 25 de junho, em resposta à comunicação que lhe enviou, a 17 daquele mês, ao Presidente Kubitschek. Os termos do apoio argentino à tese brasileira são por si só uma expressiva vitória da Operação Pan-Americana, como ação da diplomacia brasileira. Poucos dias após a carta do Presidente Frondizi, chegou às mãos do Senhor Presidente da República, uma carta do Presidente do Paraguai, datada de 1º de julho, expressando espontaneamente adesão de seu país à iniciativa brasileira (Relatório do MRE, 1958, p. 06 -07).

A Operação Pan-Americana, nas palavras do Ministro das Relações Exteriores (1958): “[...] trata-se do maior esforço diplomático do Brasil em 1958 e, por outro lado, é o primeiro movimento iniciado por nosso país no cenário continental, com base num estado de consciência verdadeiramente latino-americano” (Ministro das Relações Exteriores, Francisco Negrão de Lima – Relatório do MRE, 1958, p. 03).

Juscelino ataca as questões econômicas e o papel internacional do Brasil. O que se clamava naquele momento era o direito de colaborar efetivamente, o que é um imperativo de uma nação que deseja assumir as plenitudes de suas responsabilidades em uma política própria. JK ainda faz uma alusão ao Plano Marshall, colocando que nessa política se concentrou todos os esforços no tema da reconstrução, sem levar em conta os sérios problemas de desenvolvimento dos países de economia primária. Os Estados Unidos teriam voltado atenção e recursos para os países mais próximos da disputa leste e oeste da Guerra Fria, deixando de lado a América Latina, que também contribuiu para a vitória da democracia durante a Segunda Grande Guerra, de modo que com o passar do tempo, essas nações mergulharam em uma situação mais precária e aflitiva que os países devastados pela guerra, o que marcaria o ponto mais vulnerável da coalizão ocidental (VIZENTINI, 1996, p. 238).

O ponto mais importante da OPA era a necessidade de se combater o subdesenvolvimento, pois do contrario, “a miséria das massas poderia favorecer a penetração de ideologias exóticas na América Latina”. “Assim, deveria ser intensificada a inversão precursora nas áreas economicamente atrasadas do continente, a fim de compensar a carência de recursos financeiros internos e a escassez de capital privado. Simultaneamente, para melhorar a produtividade e, por conseguinte, a rentabilidade desta inversão se desdobraria os programas de assistência técnica. De igual significação e grande urgência seria a adoção de medidas capazes de proteger o preço dos produtos-base das excessivas e danosas flutuações que o caracterizam. Finalmente, se deveria atualizar os organismos financeiros internacionais, mediante ampliação de seus recursos e liberalização de seus estatutos, com o objetivo de facultar-lhes maior amplitude de ação. Esses assuntos, e outros que mereçam ser propostos, deveriam encontrar foro próprio na reunião de mais alto nível político do continente, na qual, ao contrário do acontecido, fossem dadas soluções práticas, eficazes e positivas” (Operação Pan-Americana, 1958, p. 31-37 *apud* VIZENTINI, 1996, p. 238-239).

Os discursos de JK sobre a Operação Pan-Americana seguiriam três eixos principais: A OPA é apresentada como uma expressão do anseio de dar ao Brasil uma postura mais atuante na política internacional apoiada nas condições objetivas (políticas, demográficas, econômicas) que o país teria atingido; propõe uma associação entre

desenvolvimento econômico e segurança, uma vez que o subdesenvolvimento era visto como uma "chaga" que tomava o continente extremamente vulnerável á penetração do comunismo, e cuja eliminação deveria ser parte necessária da defesa coletiva ocidental; e por fim a OPA é apresentada como uma iniciativa de caráter e objetivos multilaterais. Ao Brasil coube o lançamento da proposta, mas "sem qualquer pretensão de assumir liderança no continente" e visando apenas dar expressão a "um sentimento que pertence a toda a América". JK ressaltava que "o Brasil pretende apenas colaborar, na medida de suas forças, para um entendimento geral e efetivo entre os países irmãos do continente. Nada pleiteia para si, isoladamente, nem haverá nas gestões específicas da Operação iniciada cabimento para conversações bilaterais" (SILVA, 1992)

“De 4 a 6 de agosto de 1958, estive em visita oficial ao Brasil, o Secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, recebido pelo Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e pelo Ministro das Relações Exteriores, Francisco Negrão de Lima”. Mantiveram-se extensos entendimentos, com trocas de opiniões sobre a situação internacional e os problemas relacionados com o movimento pela unidade do Hemisfério, denominado pelo Presidente Kubitschek de Operação Pan-Americana (Relatório do MRE, 1958, p 03).

No término das francas e cordiais conversações, concordaram que a América Latina tem um papel importante a desempenhar entre as nações do mundo, portanto é desejável que tenha participação mais ativa na formulação das linhas fundamentais da política internacional. Reiteram sua convicção de que o fortalecimento da comunidade americana requer, entre outras medidas, esforços dinâmicos para vencer os problemas do subdesenvolvimento e luta pelo desenvolvimento, que é inseparável da segurança coletiva do hemisfério. Reafirmam que se tornou necessário lutar decididamente pelos princípios religiosos e democráticos. Se comprometem de continuar numa linha de maiores contatos e consultas, já com êxito iniciada, com as outras Repúblicas Americanas. Ficou acordado que ambos os governos sugerissem as outras Repúblicas Americanas que seus Chanceleres se encontrem, periodicamente, dentro dos quadros da Organização dos Estados Americanos. Concordam que as consultas entre os dois países devem continuar. Por fim, os pormenores dessas conversações serão comunicados às outras Repúblicas Americanas (Relatório do MRE, 1958, p 03).

Em 9 de agosto, após continuadas consultas com os governos latino-americanos, o Itamaraty entregou às embaixadas das 21 repúblicas americanas um extenso “*aide-mémoire*” no qual apresentou seu pensamento sobre a Operação Pan-Americana e, apresentando um temário de seis pontos de caráter econômico, sugeriu que a comunidade pan-americana promovesse um encontro de opiniões em Washington. O Governo norte-americano convidou os Chanceleres latino-americanos a se reunirem em Washington, em caráter informal, com o Secretário de Estado Foster Dulles. Nessa reunião, realizada nos dias 23 e 24 de setembro, conseguiu-se chegar, graças aos esforços dos representantes brasileiros e à colaboração que lhes prestaram outros delegados latino-americanos, à unanimidade de opiniões, expressas num comunicado final altamente consagratório da Operação Pan-Americana. Nos termos desse comunicado, criaram-se duas comissões especiais: uma intimamente ligada ao Conselho da OEA, encarregada de estudar os meios de tornar mais frequentes as reuniões dos Chanceleres americanos; a outra, claramente correspondente ao “Comitê dos 21” propostos pelo Brasil em seu *aide-mémoire*, já citado, incumbida de examinar e determinar a maneira de colocar em execução os seis temas sugeridos pelo Brasil, mais um, sobre assistência técnica, proposto pela Argentina (Relatório do MRE, 1958, p. 04 – 05).

A operação Pan-Americana não é uma ação delimitada no tempo, com objetivos a serem atingidos a curto prazo, mas uma reorientação da política continental com o objetivo de colocar a América Latina em condições de participar eficazmente da defesa do Ocidente. A OPA deve ser entendida como um corolário de estratégia geral do ocidente. Os principais objetivos da OPA, além dos seis pontos apresentados pelo Brasil, são: 1) Reafirmação dos princípios da solidariedade continental; 2) Definição do subdesenvolvimento como um problema de interesse comum; 3) Adaptação de órgãos e agências interamericanos, se necessário, às exigências de um maior dinamismo que promoverá a luta contra o subdesenvolvimento; 4) Assistência técnica objetivando a melhoria da produtividade; 5) Medidas para estabilizar o mercado de produtos básicos; 6) Atualização e ampliação dos recursos dos organismos financeiros internacionais; 7) Reafirmação da iniciativa privada na luta pelo desenvolvimento; 8) Revisão, onde for necessária, de parte de cada país, da política fiscal e econômica, com o objetivo de

assegurar medidas que promovam o desenvolvimento econômico (Fundação Alexandre de Gusmão - Centro de História e Documentação Diplomática, 2007, P. 236 – 240).

Na XIII sessão das Nações Unidas em Nova York, em 16 de setembro de 1958, a Delegação brasileira aproveitou a presença de quase todos os Estados. O Embaixador Francisco Negrão de Lima, iniciou os debates gerais expondo os princípios da nova política internacional em que o Brasil estava se empenhando juntamente com os Estados americanos, o que “consiste fundamentalmente num movimento de revitalização da unidade continental, Operação Pan-Americana” (Relatório do MRE, 1958, p. 1).

O Embaixador ainda ressaltou que a articulação desse movimento estava destinada a promover uma ação decisiva para colocar um fim no subdesenvolvimento das Américas, o que refletiria na contribuição para a paz mundial, pois reconheceria a relação existente entre o subdesenvolvimento de determinadas áreas, que em sua grande maioria apresentam crises políticas que representam uma ameaça para a ordem e a paz internacional. E para facilitar o entendimento entre o Brasil e os países hispano-americanos, o embaixador Negrão de Lima fez seu discurso em espanhol (Relatório do MRE, 1958, p. 03)

Do dia 22 a 24 de setembro de 1958, ocorreu a Reunião Informal dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas dentro do quadro da Organização dos Estados Americanos, e foi marcado como o primeiro encontro multilateral por conta da Operação Pan-Americana, colocada como um movimento de reformulação das relações continentais. A reunião serviu para apresentar o conteúdo proposto pela OPA a todas as nações americanas ali presentes, dessa forma, podemos apresentar seu conteúdo no que tange aos objetivos principais da Operação Pan-Americana. Em uma enumeração de 1 a 8 de objetivos da OPA, serviu para ser feita uma demonstração de que a Operação é um movimento próspero e crescente no campo da ação política, econômica e cultural, servindo como núcleo em que se pode articular uma série de diretrizes benéficas da política externa brasileira e latino-americana, longe de deixar transparecer um afastamento das tradições já firmadas pela diplomacia brasileira, respeitando o passado e buscando imprimir no futuro novos rumos à política internacional (Fundação Alexandre de Gusmão - Centro de História e Documentação Diplomática, 2007).

Também no dia 24 de setembro de 1958, em que ocorreu a realização de uma sessão extraordinária do Conselho da OEA, em que compareceram as 21 Repúblicas Americanas. Essa reunião extraordinária contou com a participação dos Chanceleres de cada república, e foi marcada pela concordância de se promover mais reuniões informais com os Chanceleres para estudar a formulação de novas medidas de cooperação econômica. No ano de 1958, ano da Operação Pan-Americana, o governo brasileiro desenvolveu ainda mais esforços na sua política de apoio as atividades da OEA, colaborando ativamente nos trabalhos do Conselho e respectivas Comissões, assim como na União Pan-Americana, nos vários Organismos especializados e na Comissão Internacional de paz (Fundação Alexandre de Gusmão - Centro de História e Documentação Diplomática, 2007).

Ano de 1959 e 1960 – Chanceler Horácio Lafer

O ano de 1959 na história das relações exteriores do Brasil se inicia com uma nova geração de diplomatas no corpo do Itamaraty, ocasião em que tanto o Presidente JK quanto o Chanceler Negrão de Lima, apresentam as novas bases da projeção da política internacional do Brasil, com grande destaque para a OPA, que acabará de ser lançada no tabuleiro de xadrez das relações internacionais. Juscelino fez questão de lembrar aos novos diplomatas a importância de sua atuação na defesa dos interesses brasileiros ligados principalmente a aceleração do progresso econômico das nações, que assim como o Brasil, estavam por emergir do estágio de subdesenvolvimento, e que necessitavam da cooperação internacional para aumentar o fluxo de investimentos estrangeiros, cooperação técnica e aumento no valor das exportações.

A OPA se apresentava como uma política hemisférica visando a cooperação com todos os países do continente para combater o subdesenvolvimento e trazer igualdade nas relações internacionais, sendo bem vista por boa parte dos países da América do Sul, mas tratado com frieza pela Casa Branca. Especialistas da época, apontavam que o governo norte-americano não imaginava que o Brasil levaria adiante uma proposta política com a força que a OPA se apresentava, e que viria por afetar as políticas regionais e, em longo prazo, o sistema internacional. E ainda, que tal empreitada não viesse a ser apreciada antes

por Washington. A América Latina batia de frente com o subdesenvolvimento, e apresentava descontentamento sociopolítico com o tratamento dos EUA para com a região, o que levantava hipóteses da aproximação de tais países com ideologias exóticas. No caso do Brasil, o governo negociava incansavelmente com o FMI, e boatos envolvendo o país de que o governo estaria disposto a aceitar 200 mil toneladas de petróleo soviético por excedentes de café, cacau e algodão, e que estaria disposto a reatar as relações comerciais com Moscou. Tal boato era fundamentado por movimentos internos e externos do Brasil, pois, Juscelino cogitou o reestabelecimento de relações com os russos em discurso feito na Escola Superior de Guerra, na frente dos líderes sindicais, e no Palácio do Catete. No exterior, o mesmo foi feito pelo porta-voz do Brasil na Comissão Especial do Fomento Econômico da OEA. Posteriormente, o governo brasileiro iniciou relações bilaterais comerciais com Romênia, Iugoslávia e República Democrática Alemã (VIZENTINI, 1996).

JK se parecia muito com Getúlio Vargas, no que diz respeito a alguns pontos da política externa. Juscelino, assim como seu antecessor, apresentava uma noção de que se os EUA não viessem a auxiliar o Brasil, bem como os países em situação de subdesenvolvimento, especificamente no campo de comércio e investimentos estrangeiros, os mesmos se viriam forçados a buscar ajuda de outros países, incluindo os de cunho socialista. Porém, ao mesmo tempo que chamava a atenção do governo norte-americano para a possível penetração de tais ideologias nas américas, que poderiam auxiliar os países latino-americanos em seu processo de desenvolvimento, JK tentava transparecer a Casa Branca de que os países latino-americanos não tinham a intenção de lançar uma nova doutrina política que visava um assistencialismo forçado por parte de Washington, mas sim, buscar a união dos mesmos para o combate ao subdesenvolvimento e se proteger de influências estrangeiras no continente. Entretanto, tal situação somente seria possível se tal união abarcasse o apoio e investimento do governo americano.

O governo em Washington se mostrava pouco empolgado com a OPA e sua repercussão. Durante a visita do Secretário de Estado, Dulles, em 1958, foi deixado claro que os EUA desejavam que o governo brasileiro se concentrasse em combater e suprimir a subversão à esquerda, sem uma contraprestação de ajuda financeira por parte dos americanos. A política externa norte americana para o Brasil e para a América Latina,

começa a tomar novos rumos a partir de 1º de janeiro de 1959, quando Fidel Castro conquistou o poder em Cuba e o encaminhamento de reformas no país se indispsôs com o governo americano, o que levou ao aprofundamento da Revolução Cubana. Se confirma assim o argumento de Vargas, herdado por Kubitschek na OPA, de que: “a pobreza gerava subversão e o desenvolvimento seria o melhor antídoto contra a penetração comunista”. Entretanto, o governo americano não se inclinava a um aprofundamento da barganha de JK. A maior preocupação de Eisenhower para a América Latina era acompanhada de um endurecimento político de isolamento de Cuba. Com isso, as possibilidades da OPA se esgotavam. As relações multilaterais na política externa esboçada pelo presidente Juscelino Kubitschek viam-se frente a um impasse, pois sua margem de manobra estreitava-se. Era necessário aprofundar a autonomia diplomática ou então abandoná-la. Nessa área a resposta do governo foi o protelamento da solução, deixada para o governo seguinte sem o esboço de nenhuma mudança significativa (VIZENTINI, 1996, p. 244).

O Brasil não ousou contrariar frontalmente os americanos. O Itamaraty introduzia novos elementos em relação ao problema definindo a subversão como consequência do subdesenvolvimento e defendendo o princípio de não intervenção, colocando também novos itens na agenda: o problema da instabilidade política e o desenvolvimento econômico. Porém, Washington insistia que a instabilidades vividas pelos países sul-americanos era consequência da instabilidade das instituições políticas.

O ano de 1960 pode ser considerado decisivo na história da Operação Pan-Americana, por ter assinalado a aceitação, pela unanimidade dos países do Continente, particularmente pelos Estados Unidos da América, dos pontos de vista que, desde 1958, o governo brasileiro vinha defendendo. Na VII Reunião de Consulta da OEA, 1960, em São José da Costa Rica, o Chanceler Horácio Lafer, propôs a elaboração de um “Protocolo Adicional de Assistência Econômica” ao Tratado Internacional de Assistência Recíproca (TIAR), 1947, visando relacionar as questões econômicas com a intranquilidade política, propunha vincular a consideração de temas econômicos apresentados no Protocolo de Assistência à política de segurança explicitada no TIAR (Relatório do MRE, 1960).

Em 5 de setembro de 1960, ocorreu a III Reunião do Comitê dos 21, em Bogotá. A assinatura da Ata de Bogotá de diretrizes e roteiro da OPA, da um tom formal para os

princípios defendidos pela OPA, tais como: fortalecimento da solidariedade continental; cooperação interamericana de acordo com os princípios e normas consagrados na Carta da Organização dos Estados Americanos; estudo dos fatores econômicos e sociais que causam a instabilidade política no Hemisfério e intensificação de ação coletiva para promover a elevação do nível de vida nas zonas subdesenvolvidas da América. Outro ponto de suma importância em que a Ata de Bogotá veio consagrar a aceitação dos pontos de vista defendidos pelo Brasil, seguia a ideia de que certas medidas financeiras, preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional, devem anteceder a concessão de auxílio externo para fins de desenvolvimento. Essa tese foi substituída por uma noção mais realista de que tais medidas só podem ser tomadas, sem sacrifício do processo de desenvolvimento, se o país que as adota recebe simultaneamente auxílio externo satisfatório (Relatório do MRE, 1960, p.11).

A Conferência resultou em uma série de princípios, como a condenação da intervenção extracontinental em problemas americanos; a repulsa de aceitação por parte de um país americano dessa interferência; o repúdio à atitude das potências sino-soviéticas de utilizar situações de qualquer Estado americano para pôr em perigo a segurança do Hemisfério, sendo que o sistema interamericano é incompatível com qualquer forma de totalitarismo. A delegação brasileira, segundo o Chanceler Francisco Negrão de Lima, com espírito conciliador profundamente vinculado aos princípios jurídicos que se voltam para a política externa do Brasil, teve seus projetos aprovados como a reafirmação da OPA e a elaboração de um Pacto de Assistência Econômica Recíproca. Porém, não a ponto de tonar a OPA uma política duradoura e promissora, se extinguindo cedo (Relatório do MRE, 1960, p. 12).

CONCLUSÃO

O período do governo Juscelino Kubitschek foi um momento de grandes mudanças, avanços e de articulações na política externa brasileira na busca do desenvolvimento, busca essa, herdada e refletida até os dias de hoje. O período Getúlio Vargas que se inicia em 1930, foi à gênese do movimento de desenvolvimentismo em nosso país. Esse processo foi herdado pelo governo JK, e configurado em uma política ousada, que correspondia a modernização e desenvolvimento do Brasil, marcado pela construção da capital Brasília,

Plano de Metas em um modelo de substituição de importações e busca de investimento estrangeiro, como condição para um acelerado programa de desenvolvimento e a sonhada modernização 50 anos em 5.

O momento em que Juscelino Kubitschek assumiu o governo foi envolto nas querelas provocadas pela disputa hegemônica entre dois gigantes do sistema internacional, pela supremacia ideológica de um sistema dividido na lógica de centro e periferia, Ocidente e Oriente, e uma divisão internacional do trabalho desigual, que não deu um prognóstico favorável para os intentos do Brasil em se desenvolver. Assim, o governo brasileiro foi forçando a buscar em sua política externa as soluções para atender suas demandas, utilizando da conjuntura internacional, para formular e projetar sua política externa, olhando para um estreitamento dos laços com Washington.

A política externa de JK e seu corpo diplomático notam que as soluções para uma balança comercial favorável, avanços tecnológicos e desenvolvimento de modo geral estavam atrelados a capacidade industrial do país, sendo reforçado pelo argumento da CEPAL sobre a assimetria das relações de troca no comércio internacional. A lógica de centro e periferia aprofundada pela Guerra Fria é utilizada pelo governo brasileiro para conseguir auxílio dos EUA no combate ao subdesenvolvimento. Os discursos do Brasil em várias entidades internacionais segue a linha de combate ao subdesenvolvimento e ajuda aos países periféricos a se desenvolver, para evitar o avanço da ideologia comunista que o Ocidente tanto abominava, alinhado com a lógica estadunidense. O ocorrido com o vice-presidente Nixon durante sua visita à América Latina, somente serviu para reafirmar o que os diplomatas e o governo brasileiro apontavam sobre a relação entre subdesenvolvimento e ideologias exóticas, somadas ao sentimento antiamericanista, que tal situação era real e crítica.

Nesse sentido, defendemos aqui a Operação Pan-americana como um artifício extremamente refinado utilizado pela política externa do presidente Juscelino Kubitschek, para promover uma vinculação mais “intima” com os Estados Unidos, em uma tática multilateral da América Latina, objetivando atrair o governo norte-americano a participar do processo de reversão do quadro de subdesenvolvimento regional, fundamentado na ideia de que a vulnerabilidade dos países por conta do subdesenvolvimento poderia ser

alvo de ideologias antidemocráticas, nesse caso olhando diretamente para a União Soviética, o inimigo só poderia ser contido com ajuda financeira dos americanos. Os discursos apresentados pelo corpo diplomático brasileiro tinham como objetivo conseguir dinheiro para alavancar o país economicamente utilizando como desculpa a miséria das massas na América Latina.

Não se trata de má fé do Brasil para com os EUA, mas sim a ideia que o Brasil tinha, como porta voz da América Latina, de que era direito receber um apoio econômico como foi dado aos países europeus no Pós-Guerra, uma vez que o Brasil foi em socorro de seu vizinho continental. A ideia de um Plano Marshall latino era algo bem visto pelo governo de Brasília, mas apesar dessa retórica de segurança continental cunhada na ajuda financeira para evitar a ameaça comunista, a desconfiança e controvérsia americana foi maior que generosidade de seu bolso para com a região.

Os EUA nunca aceitaram a primeira política autônoma do Brasil em anos, com abrangência na América Latina como um todo. Assim, o governo brasileiro apela para a reaproximação das relações com a União Soviética, usando da mesma máxima de Vargas, de que, se os americanos não ajudassem o Brasil, haveria quem o fizesse, e isso incluiria países de ideologia contrária ao modelo liberal e democrático dos EUA, tornando a Operação Pan-Americana uma nova barganha varguista, vivida durante a Segunda Guerra Mundial, na relação do Brasil com alemães e americanos.

A narrativa do Itamaraty, que é construída desde 1956, e se mantém até o fim do governo JK, em 1960, é fiel à mesma linha de pensamento do presidente. Os discursos e a atuação do Itamaraty são a porta da diplomacia para a sutil defesa dos objetivos do Brasil no continente americano, sua narrativa, se materializa nas organizações internacionais com o mais nobre dos argumentos, cujos pilares sempre baseados no multilateralismo, cooperação técnica e econômica e combate ao subdesenvolvimento, dão para a Chancelaria brasileira, o mais justo argumento, na defesa do combate ao subdesenvolvimento, que evitaria a propagação da ideologia comunista e ao mesmo tempo atenderia os intentos da empreitada brasileira. A Operação Pan-Americana buscou no âmbito da política internacional todo o espaço de manobra na defesa dos interesses do Brasil - se desenvolver a qualquer custo - mesmo que isso nos pareça em última análise, pedir uma esmola norte-

americana para nos desenvolvermos. O argumento da OPA, de que a miséria das massas levaria a promoção do comunismo, não estava totalmente errada, como se viu com a Revolução de 1959. Infelizmente a OPA nunca teve um final como se esperava ter, a ajuda de Washington veio para a América Latina a final, mas na forma de investimento em ditaduras. Infelizmente a OPA e seus objetivos, não seguem adiante, com o fim do governo de Juscelino, a OPA acaba deixada de lado e não toma novos rumos. Porém, sua gênese, acaba inspirando novas política na busca do desenvolvimentos que toma diferentes rostos e caminhos nos governos que vem após JK.

Infelizmente, passados mais de 58 anos do lançamento da OPA, o Brasil ainda continua buscando novas soluções para velhos problemas. O desenvolvimento ainda nos cobra avanços para colocar o Brasil em outro patamar de desenvolvimento e modernidade. A deterioração dos termos de troca ainda é um problema para nossa matriz agrária. E a pergunta que deixamos as futuras gerações desse país e a seus governantes é: **como desenvolver?**

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Capri; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo – História da Saociedade Brasileira – Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria - O Brasil de JK – Editora da Fundação Getúlio Vergar – CPDOC, 1ª edição, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos - As Três Interpretações Da Dependência, 2010.

CERVO, Amado Luiz - Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático - Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 5-25, 2003.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo – História da política externa do Brasil, 4ª ed. rev. ampl. 1ª reimpressão – Brasília: Editora Universal de Brasília, 2012.

CORSI, Francisco Luiz - Política econômica e política externa: uma análise comparativa do Brasil e da Argentina (1930- 1945), 2000.

COSTA, Célia Maria Leite – Memorial dos Coronéis, 2015 - <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ManifestoCoroneis>. Acessado em 05/11/16

DIAS, Marcelo Francisco - No campo político ideológico, as teses estruturalistas eram populares e abraçadas, 2012.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina, 2007.

FAUSTO, Boris – História Concisa do Brasil – 11. ed. – São Paulo: Editora Da Universidade de São Paulo, 2000.

FAUSTO, Boris – História do Brasil – 14.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, Centro de História e Documentação Diplomática, Cadernos do CHDD – Ano VI, Número 10. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2007

FGV - Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001- Marechal Lott. Acessado em 02/11/16.

GORDON, L. United; Gudin, E. Chief; Simonsen, M. Controles; Superintendência Da Moeda E Do Crédito. Boletim; Superintendência Da Moeda E Do Crédito. Relatório, FGV/CPDOC, 2009.

GUIMERO, Rafael Gonçalvez – Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurskse e Myrdal com a teoria de desenvolvimento de Celso Furtado. 2011

HOBBSBOWN, Eric – Era dos extremos, o breve século XX, 1914 – 1991. Companhia das letras, 1994.

IMPrensa NACIONAL – Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1958. 4 volumes.

LESSA, Antônio Carlos - Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana - Carta do Editor, 2008

LOPEZ, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme – História do Brasil: Uma interpretação, São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MELLO, Affonso de Toledo Bandeira de – O Espírito do Pan-Americanismo, Ministério das relações Exteriores, 1956.

MOTA, Carlos Guilherme – Ideologia da Cultura Brasileira (1993 – 1974): Pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ed. 34, 2008.

MOURA, Gerson - Relações Exteriores do Brasil 1939-1950. Mudanças na natureza das relações Brasil -Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, 2012.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de – Política Externa Brasileira – São Paulo: Saraiva 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de - Política internacional contemporânea, um mundo em transformação- organizado por LESSA, Antônio Carlos, 2005

Operação Pan-Americana: Documentário. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1958 e 1959 (7 volumes).

PEREIRA, Pérola Mourão de Souza Sardo de - As relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América Durante a Segunda Guerra Mundial: Atores e dinâmicas da construção da aliança (1939 – 1944), 2013.

PINTO, Luiza Helena Nunes - Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 68p.

PREBISCH, Raúl - El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas - Escrito em 1949, como introdução ao Estudio económico de la América Latina, 1948 (E/CN. 12/89), e posteriormente publicado in CEPAL, Boletín económico de América Latina, vol. VII, n° 1, Santiago do Chile. Publicação da Organização das Nações Unidas, n° de venda: 62.II.G.I., 1962

Relatório MRE – Center of Research Libraries, GLOBAL RESOURCES NETWORK -
Ministerial Reports (1821-1960): Relações Exteriores: 1956; 1957; 1958; 1959; 1960

RIBEIRO, Ricardo Alaggio a aliança para o progresso e as relações brasil-estados unidos,
2006.

ROSEIRA, Antônio Marcos - Nova Ordem Sul-Americana. Reorganização geopolítica do
espaço mundial e projeção internacional do Brasil, 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra - A hegemonia dos Estados Unidos - (p. 32-44), 2006

Senado Federal - Kubitschek, Juscelino, 1902-1976. Por que construí Brasília / Juscelino
Kubitschek. — Brasília: Conselho Editorial, 2000.

SILVA, Alexandra de Mello e – A política externa de JK: a Operação Pan-Americana Rio
de Janeiro: CPDOC, 1992.

VIZENTINI, Paulo Fagundes - Sessenta anos de Política externa Brasileira 1930 – 1990:
Crescimento, Modernização e Política Externa. – A Política Externa de JK (1956 -61).
Organizador: José Augusto Guilhon Albuquerque. FAPESP, 1996.